JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS

QUEM examinar o panorama político-administrativo do Brasil, ao raiar o século corrente, logo tomará conhecimento de singular personagem, que pouco antes estreara na Câmara Federal, onde iria extremar-se entre os parceiros.

Chamava-se João PANDIÁ CALÓGERAS, e, apesar do nome estrangeirado, que lhe denunciava origem longínqua, nascera à beira da baía de Guanabara, a 19 de junho de 1870.

Com o avô, de ampla cultura, João BATISTA CALÓGERAS, natural de Corfu, tomara gôsto ao estudo, que o habilitaria a pleitear, aos quatorze anos, o exame vago de todos os preparatórios exigidos para a matrícula na Escola de Minas de Ouro Prêto.

De igual maneira, transpõe o Curso Anexo, com altas aprovações.

Mas à hora do ingresso, a míngua de idade, limitada pelo Regulamento, barra-lhe a entreda.

Enquanto se escoava o tempo, a fim de alcançar o mínimo exigido, aceita o encargo de examinador de francês, inglês, história e geografia.

Afinal, conseguiu matricular-se, juntamente com 32 colegas, dos quais apenas três chegaram emparceirados ao fim do curso, cuja severidade já se tornara conhecida.

Apenas formado, iniciou pesquisas geológicas, primeiramente em Santa Catarina, donde se transferiu para Gandarela, cujas aproveitáveis jazidas de mármore examinou cuidadosamente.

Consultor técnico da Secretaria de Agricultura e Viação, de Minas Gerais, em 1896, firmou a sua reputação de engenheiro abalizado, a quem o Partido Republicano, por lhe apreciar o saber e capacidade rara de trabalho, incluiu na lista dos seus candidatos à Câmara Federal.

Deparou-se-lhe, destarte, cenário apropriado à expansão de suas aptidões, que não se limitaram a especialidade alguma, embora revelassem preferência para os problemas relacionados com a engenharia, como o das tarifas e o das vias-férreas.

Bem que afastado temporàriamente, durante o triênio imediato, da tribuna parlamentar, tornaria à bancada mineira, depois da viagem à Europa, assinalada pela conferência na Societé de Geographie Commerciale, acêrca de "La situation économique du Rrásil"

"Calógeras revelou-se nessa legislatura uma atividade tão pluriforme e tão intensa que parecia ter o desejo de tirar uma desforra de três anos de forçado silêncio", conceitua um dos seus mais autorizados biógrafos, ANTÔNIO GONTIJO DE CARVALHO, cujo ensaio contém informações abundantemente utilizadas neste resumo.

Embora participasse de graves debates em tôrno da questão do Acre, das sêcas do Nordeste, de outros menos relacionados com a geografia, um houve que bastaria para lhe exaltar a nomeada.

Repetiu-se, na República, embora em diferente assunto, o caso de RUI BARBOSA no Império. Deputado geral, coube-lhe dar parecer a respeito de problemas de instrução.

E a monografia que a propósito elaborou, opulenta de idéias renovadoras, afigurou-se tão completa e sábia que se diria inspirada por algum educador habituado a meditar acêrca das deficiências do regime pedagógico então vigente.

O jovem deputado baiano, além de orador de amplos recursos, conquistou nesse lance a fama de animador de reformas de ensino, embora a que preconizava não fôsse imediatamente aproveitada, pois levava a mira demasiado à frente.

Semelhantemente, a CALÓGERAS tocou o estudo referente à mineração, matéria de seu gôsto, além de lhe constituir a especialidade.

Como geólogo, bastar-lhe-ia examinar alguns dos aspectos da questão, que lhe orientassem as conclusões técnicas.

A geografia, porém, e a história, impeliram-no a aprofundar as pesquisas auxiliares, que não eram, aliás, indispensáveis à elaboração do parecer.

. Abria-se-lhe, todavia, ensejo, para esclarecer dúvidas atinentes às primeiras entradas no território brasileiro, à cata de ouro e prata.

A propósito, sugeria em sessão de 15 de maio, fôsse outorgada ao presidente a "faculdade de nomear uma comissão especial de cinco membros, que revendo os projetos sôbre a exploração das minas e desenvolvimento da indústria mineral, proponha à Câmara o que julgar conveniente a bem dessa indústria".

Não alimentava sòmente o propósito de pleitear a criação de mais uma comissão parlamentar, semelhante às que operavam em diversos assuntos.

Era-lhe mais ampla a aspiração, pois que "a nova tarefa apresentava-se como investigação global das condições reais de todo êste ramo de atividade, a fim de promover-lhe a evolução progressiva sistematizando esforços nesse sentido".

Organizada a Comissão, coube-lhe, como era de prever, a função de relator para a qual evidenciara possuir aptidões cabais.

Não se limitaria, é bem de ver, ao exame de aspectos parciais do problema.

Ao revés, tomou-o em conjunto, para traçar o panorama referente à mineração, decidido a iluminá-lo com a sua argumentação vigorosa e douta.

Assim, quando versa o tema designado pelo título sugestivo — o ouro —, não se restringe a apreciar-lhe a valia econômica ou os processos de extração.

Considera, primeiramente, os três ciclos espontâneos da mineração, a era dos percursores, a era das descobertas em Minas, na Bahia, em Mato Grosso, em Goiás, antigos métodos de mineração, decadência das Minas, nova orientação econômica de D. João VI — Companhias de Mineração e Geologia.

Nos primeiros capítulos, revelou-se CALÓGERAS seguro conhecedor da geografia e história colonial, desde a fase das primeiras penetrações pela hinterlândia.

Começara por examinar a vaga referência aos 4 homens enviados por MARTIM AFONSO a descobrir riquezas minerais em rumo de oeste.

Teriam chegado às paragens do rio das Mortes ou ao rio Grande? Não lhe pareceu de todo impossível, apesar da carência de documentos comprobatórios.

Detém-se mais espaçadamente no exame da expedição de FRANCISCO BRUZA DE ESPINOSA, cujo itinerário tem atraído a atenção de mais de um pesquisador.

Depois de palmilhar extensa região sertaneja, deparou-se-lhe à vista maravilhada o São Francisco em seu trecho médio, propício à navegação.

E se não colheu resultado algum estimulador das ambições dos que ansiavam por descobrir jazidas auríferas, contribuiu sem dúvida para tornar conhecida larga faixa do território até então impérvio.

E, assim, foi o deputado examinando sucessivamente as várias expedições, que varejaram os sertões brasileiros, em busca de fontes de enriquecimento rápido, até que, em 1552, pintassem as primeiras folhetas de ouro, escassas ainda para justificarem maiores expansões pelos territórios a dentro.

Ocorreria, já em fins do século XVII, a descoberta das jazidas que apressaram o povoamento das Minas Gerais, seguida sem tardança da convergência de faiscadores para as lavras de Cuiabá e de Goiás.

De cada uma destas fases da mineração, que tamanho influxo exerceram na distribuição das correntes povoadoras, ocupou-se PANDIÁ CALÓGERAS, ainda lembrado seguramente das sábias lições do seu mestre predileto, CAPISTRANO DE ABREU.

Com igual competência analisaria as circunstâncias que rodearam a extração do diamante, os ensaios da siderurgia no Brasil, bem como as possibilidades, menores sem dúvida, da utilização dos combustíveis, dos minérios de cobre, chumbo e outros elementos menos encontradiços no país.

Evitando o excesso de terminologia técnica, examinou o problema em condições de ser entendido também por leigos, uma vez que o ensaio se destinava ao julgamento dos seus colegas da Câmara Federal.

Ao cabo, sugeriu ante-projeto que regulasse o assunto por normas diferentes das que vigoravam.

Conhecida a monografia exaustiva, que revelava não sòmente o engenheiro de minas, mas ainda o historiador e o geógrafo, cresceu-lhe a fama entre os parceiros e governantes, que lhe notaram as idéias progressistas, de amplo descortínio.

Os três volumes publicados sob o título de As Minas do Brasil e sua Legislação serviam-lhe de valiosas credenciais para qualquer função dirigente, ainda que não continuasse, no Parlamento, a participar dos mais importantes debates, relativos ao "Condominio da Lagoa Mirim", à "Valorização do Café", e aos magnos problemas nacionais.

Autor de La Politique Monétaire du Brésil, escrita em três meses, para ser apresentada à Quarta Conferência Pan-Americana, a que deveria comparecer, por parte da delegação brasileira, já lhe era o nome apontado para as mais graves incumbências, quando o presidente VENCESLAU BRÁS o convidou para dirigir os negócios da Agricultura, Comércio e Indústria, a 15 de novembro de 1914.

Iniciou, então, feito administrador, vasto programa de reformas, que não terminaria, transferido, como se viu, para gerir a pasta da Fazenda, que, no decurso da guerra européia, exigia orientação firme e energia na aplicação.

Em ambas revela competência CALÓGERAS, que sustenta campanhas contra abusos inveterados, até que deixa o cargo, ao recear que a sua continuação no ministério, "em vez de auxílio, seja um estôrvo".

Representante do Brasil, em mais de um congresso internacional, entre os quais sobrelevam o Financeiro Pan-Americano de 1916, na Argentina, a Conferência da Paz, em Versalhes, de tal modo procedeu, com admiração da assistência cosmopolita, que ao regressar ao Brasil, não o dispensou o presidente EPITÁCIO PESSOA, ao organizar o seu govêrno.

Acompanhara-lhe de perto os trabalhos, como chefe da delegação, e por aquilatá-los em alta conta, exigiu a sua prestante colaboração no Ministério da Guerra.

Coube-lhe, em tal lance, a terceira pasta, que iria exercer com a mesma competência e capacidade de trabalho.

Era a primeira experiência republicana de chefia do Exército por um ministro civil, que por isso mesmo timbrou em madrugar no trabalho, para não lhe escapar o ensejo de cuidar de notáveis empreendimentos.

Conheceu, em seguida, o ostracismo político, em que não cessou de meditar e escrever, até emudecer a 21 de abril de 1934.

Atuava em São Paulo, à testa de emprêsa industrial, quando aceitou convite para versar tema ainda sujeito a discussão, "a Teoria de Wegener sôbre a formação dos continentes", assim mostrando que não abandonara os estudos de geologia.

E quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que se tornara sócio desde 1905, planeia analisar os vários aspectos da personalidade insigne de D. PEDRO II, cujo centenário se avizinhava, a sua cooperação afigurou-se indispensável.

Caber-lhe-ia, na distribuição dos temas, tratar apenas da diplomacia imperial no período compreendido entre 1850-1864.

Não se contentou, porém, com o prazo delimitado.

Foi às origens de Portugal e da sua evolução, para esboçar a História Política no Exterior. E resolveu "estudá-la, primeiramente, em seus elementos formativos, em suas origens, quer humanas, quer mesológicas. Mas fazê-lo em conjunto com os fatôres correlatos da História européia, de que era manifestação ultramarina".

"Era mais do que a tarefa pedida, mas só por tal forma se manteria a feição essencialmente una dos roteiros trilhados, de 1500 até hoje", conforme explicou.

Aprazia-lhe, em qualquer pesquisa, ir às fontes dos sucessos registados, como evidenciara o seu parecer a respeito da mineração.

Semelhantemente, para opinar acêrca da Política Exterior do Império, título com que veio a lume o ensaio, considerou o passado lusitano, desde os tempos heróicos de VIRIATO, quando as legiões romanas se mobilizaram para a conquista da Ibéria.

Triunfantes, não conseguiram, todavia, refrear, mais tarde, a invasão germano-escandinava, cuja decadência se rematou a seu tempo, com a investida vitoriosa dos mouros.

O seu império, florescente de princípio, terminaria por estimular a independência da Ibéria e formação de novo reino, acêrca do qual conceituou:

"Tôdas as feições geográficas de Portugal, quer isoladas, quer tomadas em conjunto, apontavam para o oceano, como elemento essencial, organizado, da vida nacional".

E a geografia iria orientar-lhe a política dos monarcas e dos empreendedores, entre os quais se extremou o infante D. HENRIQUE, que formou, em Sagres, o núcleo de estudiosos, para o qual convergiam os melhores cosmógrafos contemporâneos e pilotos e nautas destemidos.

Ao desaparecer em 1460, deixava reconhecida grande parte do litoral africano, e organizado excelente grupo de navegadores, que iriam continuar-lhe a exploração marítima, até a ponta meridional do continente e abrir o caminho para as Índias.

Portugal cumpria a sua vocação marítima, quando COLOMBO, à luz da experiência lusitana, mas a serviço dos reis de Castela, imortalizou-se com a travessia do Atlântico, de maneira diferente, que lhe revelaria a existência de terras ignoradas.

Tornou-se neste lance indispensável delimitar as zonas de influência dos dois reinos peninsulares, de que tratou a bula de ALEXANDRE VI, modificada pelo Tratado de Tordesilhas.

Historiada a fase das navegações, entrou CALÓGERAS a versar a "Formação territorial do Brasil até o domínio espanhol".

E examinou as explorações costeiras, que lhe foram a pouco e pouco debuxando o contôrno oriental, como igualmente as entradas, que levaram ousados seitanistas ao rio Paraíba, ao São Francisco, e mais tarde, ao Paraná, ao Amazonas, ao Paraguai, ao Guaporé, quando ocorreu expansão maior, sob o "domínio espanhol".

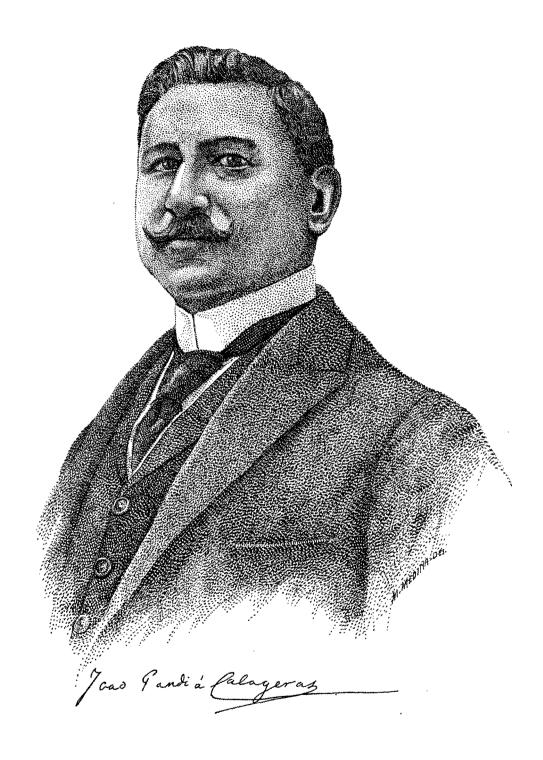
Raramente haverá páginas dêstes dois capítulos na qual não se associe a história com a geografia, a que se aplicou àgilmente a inteligência arguta de CALÓGERAS, depois de ter evidenciado a sua formação enciclopédica em obras multiformes, entre as quais sobrelevam, além das mencionadas: As estradas de ferro federais — Novos rumos econômicos — O Brasil e o seu desenvolvimento econômico — Problemas de govêrno — O marquês de Barbacena — Res Nostra.

Nesta última coletânea, juntamente com biografias e apreciações de livros, nas quais revelou a sua erudição, incluiu os "Transportes arcaicos", que o Boletim Geográfico transcreveu em seu número 23, de fevereiro de 1945, por lhe apreciar a contribuição esclarecedora de fatos da geografia humana.

E pôsto não se tivesse dedicado preponderantemente a tal ramo de conhecimentos, valia-se de tôdas as oportunidades para evidenciar, em seus escritos, que lhe apraziam as pesquisas referentes à geografia histórica, bem como às explorações realizadas no território brasileiro.

Assim, bem mereceu João PANDIÁ CALÓGERAS figurar entre os mais perspicazes sabedores da geografia do Brasil.

VIRGILIO CORREIA FILHO.



Pág. 85 — Outubro-Dezembro de 1947